



Comunicação oral: Eixo 3 - Políticas, gestão e avaliação Pós-LDBEN

AVALIAÇÃO EXTERNA E OS DESAFIOS PARA A ESCOLA

Rozemeiry Moreira – UFMS/Três Lagoas*

Resumo: Este trabalho é resultado parcial de uma pesquisa em andamento, na qual se investiga a relação dos resultados da avaliação externa e o currículo escolar. Pelo fato de abordar a investigação de uma política nacional de avaliação da educação básica, se observou no decorrer da pesquisa a necessidade de uma compreensão aprofundada sobre os resultados da Prova Brasil-SAEB no sentido de ir além da pontuação como resultado final. Ou seja, observar se os resultados alcançados no ensino fundamental 1 é crescente a ponto de subsidiar a pontuação no ensino fundamental 2 em uma mesma escola. Para tanto, utilizou-se do entendimento em Ball(2016) sobre a recontextualização do texto da política para apropriação, interpretação e reinterpretação dos resultados no âmbito da instituição escolar. Enfim, buscamos apontar quais são, ainda, os desafios para tradução dos resultados das políticas de avaliação de sistema considerando que estas não se encerram com a divulgação dos resultados.

Palavras-chave: Avaliação de sistema. Recontextualização. Uso de Resultados da Prova Brasil.

Introdução

A cada edição das avaliações de larga escala que compõe o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), tem viabilizado um conjunto de análises que tenta dar conta da complexidade dos resultados dessas avaliações no contexto da escola avaliada. Nosso intento, é identificar algumas situações na escola, em que os resultados afetam todo o processo ensino e aprendizagem e, portanto, ainda não observados pela gestão da escola.

Tal fato pode ser justificado pela ausência de um esforço no sentido de romper com a verticalidade de leituras das políticas, a partir do entendimento de que “políticas colocam problemas para seus sujeitos”, e estes precisam ser resolvidos no contexto de sua realização, o que requer dos atores envolvidos “algum tipo de ação social criativa” para dar sentido ao texto dessas políticas. (BALL; MAINARDES, 2011, p.45). No entanto, a ação social criativa só acontece com a participação de todos os envolvidos no processo para transformar o texto em ação e, as ações em resultados.

Entendemos que, na escola, os profissionais têm condições de articular os processos macro da política na construção de uma política local, cuja mudança dependerá da clareza dos objetivos do texto e da dinâmica para pô-los em ação. Desse modo, a atuação desses profissionais para a materialização dos resultados das avaliações dependerá do

*Professora Doutora em Educação e docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Três Lagoas). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Processo(s) de Gestão e formação docente/CNPq – (UFMS/CPTL). E-mail: rozemeiry.moreira@hotmail.com.



conhecimento da finalidade e dos referenciais legais e teóricos, na perspectiva de apontar algumas contradições entre o texto e a prática na escola. A transferência entre contextos cria tensões, omissões e, ou ampla divulgação dependendo dos resultados, mas nem sempre ocorrem reinterpretações textuais emanadas da pluralidade de leitores e de leituras possíveis sobre os mesmos realizadas na escola.

No dizer de Ball et al. (2016b, p. 13) “[...] a política é feita pelos e para os professores; eles são atores e sujeitos; sujeitos e objetos da política. A política é escrita nos corpos e produz posições específicas dos sujeitos”. Dessa compreensão, surge o interesse em saber como elas se materializam no contexto local, por meio da pesquisa documental, para analisar como são interpretadas, traduzidas, reconstruídas e refeita em diferentes, mas similares, caminhos (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016b).

A análise das posições específicas dos sujeitos da escola diante dos resultados das avaliações externas procurou identificar quais são os diferentes pontos de articulação entre interpretação e tradução dos resultados na escola. Desta forma, identificou-se a necessidade de uma abordagem que, além de uma compreensão ampla das relações macrossociais que envolvem o Saeb, procuramos investigar a relação destas com o contexto local e se são ressignificadas.

Neste sentido, o presente trabalho procura apresentar alguns caminhos possíveis para que os estudos sobre as avaliações externas não se encerram com a divulgação dos resultados, de modo a apreender a configuração que os mesmos assumem nos diferentes contextos em que as avaliações são aplicadas.

Alguns elementos para análise dos resultados de avaliação externa na escola

A Prova Brasil é aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e Ministério da Educação e da Cultura (MEC), a cada dois anos, aos alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental. A partir de 2007, os resultados passaram a compor o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de modo que o desempenho dos alunos determina, junto com outros fatores, a pontuação da escola e sua posição no conjunto das escolas avaliadas.

Em 2019, todas as avaliações externas, dentre essas, a Prova Brasil, passaram a ser identificadas como Saeb diferenciando-se, apenas pela indicação da etapa e das áreas do conhecimento avaliadas. No entanto, parece ser ainda um desafio para a escola a ruptura da linearidade entre o texto e a prática, bem como da verticalidade normativa para pôr a política em prática. Tal processo é concebido por Ball et al. (2016b) como implementação do texto



para a prática sem a relação com a história e sua interpretação na realidade local. A interpretação torna-se potente aos resultados do Saeb divulgados pelo MEC, como possibilidade de dar sentido ao texto no coletivo da escola porque cria uma agenda institucional a partir das explicações, esclarecimentos.

E, a tradução desses resultados inclui necessariamente reuniões, diálogos e planejamento no contexto avaliado. Nessa perspectiva, o diferencial é o de romper com a análise inflexível e rigorosa da dimensão temporal e das etapas lineares da política para desvendar o que ocorre na escola e o modo como esta funciona e é interpretada na realidade. Por isso, orienta Ball (2016a, p.6):

[...] as perguntas que precisamos perguntar enquanto pesquisadores de política dependem dos contextos que estamos olhando, ou da posição que tomamos em relação às questões que perguntamos sobre a política. Estamos interessados na sua trajetória, ou estamos interessados em apenas um ponto de sua trajetória? Estamos interessados no texto ou na ação? Então, novamente, aqui tentávamos criar problemas para a pesquisa em políticas, da mesma forma em que texto e discurso objetivava criar problemas, sobre os quais as pessoas precisam então pensar.

Se, para Ball, as “perguntas que precisamos perguntar”, na condição de pesquisadores de política, dependem dos contextos para os quais estamos olhando. Então, o que ainda precisamos perguntar sobre a Prova Brasil? Estamos interessados no processo de interpretação e de tradução do texto e efeitos em uma realidade, o que ajuda a pensar sobre a relação entre concepção, objetivos e desenvolvimento dessa política de avaliação sobre os diferentes contextos que nela interferem.

Conforme elucida Dias Sobrinho (2002, p. 42-43), os resultados da avaliação “e encaminhamentos não deveriam ser automaticamente utilizados e implementados sem antes passar por um duro trabalho de interpretação, discussão e crítica envolvendo as partes interessadas”.

A importância atribuída aos resultados nesse contexto surge do entendimento de que “[...] não basta o dado do desempenho do aluno ou do professor coletado em um teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja ‘reconhecido’ como ‘pertencendo’ à escola”. (FREITAS et al., 2009, p.48).

Quando os dados das avaliações são reconhecidos como pertencendo à escola, isso tende a gerar uma cultura de avaliação externa que tenha “validade consequencial” (VIANNA, 2003), ou seja, o uso que se faz dos resultados pode promover efeitos de mudanças em todos os aspectos (organizacional, pedagógico e social) da realidade escolar.

Assim, a análise dos dados da avaliação de uma escola, no município de Três Lagoas – MS, cuja pontuação no Ideb, bem como demais resultados das avaliações externas que compõe



o Saeb das quais participa em constante elevação. A esses dados, acrescentamos os expressivos índices de aprovação de alunos do ensino médio no vestibular, a significativa procura (e disputa) dos pais e alunos por vagas para matrícula no início do ano letivo e pelo reconhecimento da escola pela comunidade escolar, entre outros. Em 2017, época da aplicação da avaliação do Saeb, a escola contava com 1220 alunos de classe socioeconômica média-alta, matriculados nos segmentos do Ensino Fundamental e Ensino Médio da Educação Básica.

Ainda, nessa escola por ser muito procurada pelos pais devido a referência de qualidade por ela divulgada a partir das pontuações do Saeb, quase não há transferência de alunos para outra escola. Isto é, os alunos ao serem matriculados no ensino fundamental permanecem na escola até o ensino médio.

Sordi (2012, p.158) diz que: “O encantamento provocado pelo discurso da qualidade educacional ajuda a legitimar tais políticas sem que muitas vezes se tome consciência das concepções estreitas de qualidade que estas induzem”. Assim, legitimam o descarte do direito a educação, do compromisso com a inclusão legal de todos em idade escolar e o equívoco conceitual de gestão democrática.

Nesse sentido, a performatividade da escola assume papel fundamental para regulação e controle de alunos, de modo que não sejam obstáculos ao sucesso da aprendizagem e da escola. Para isso, professores e gestores promovem medidas, substituem poder e adotam discursos para o fortalecimento de estratégias visando garantir a intenção subjetiva do que entendem ser qualidade de educação.

Considerando os desafios postos

A cada edição, a Prova Brasil tem evidenciado oportunidades para que a escola elabore sua política local com o produto do seu contexto – perfis de gestores, professores e estudantes – com e por meio de práticas transformadoras. Esse reconhecimento precisa dar sentido ao texto dessas políticas, perguntando-se quais os elementos básicos para a interpretação do texto da Prova Brasil na escola, pois a “tomada de decisão não representa o ponto de partida das políticas públicas. Ela é precedida de ações, disputas e processos de negociação” (MAINARDES, 2009, p. 9) e intercâmbio entre nações e instituições em busca de melhorias da qualidade. A Prova Brasil tem como objetivo:

Auxiliar os governantes nas decisões e no direcionamento de recursos técnicos e financeiros, assim como a comunidade escolar, no estabelecimento de metas e na implantação de ações pedagógicas e administrativas, visando à melhoria da qualidade do ensino.” (BRASIL, 2005).



Para se definir um conceito de qualidade do ensino, há que observar e comparar o contexto escolar num antes e num depois. A observação “é uma tática da tradução de política” (BALL et al., 2016b, p. 71) e atualmente se observa na prática que a busca de qualidade do desempenho da escola tem promovido apenas a competição entre instituições e, com raras exceções, remete a ela própria.

A descrição de nível de proficiência das áreas de Língua Portuguesa e Matemática avaliadas pela Prova Brasil contribui para a gestão ao localizar o que os estudantes provavelmente são capazes de fazer entre o nível maior e o nível menor, tendo em vista que cada habilidade é avaliada em dois ou mais níveis de desempenho. Não foi observada, no entanto, durante o planejamento entre professores e gestores pedagógicos, a disponibilidade em analisar o nível de desempenho alcançado e, assim, identificar quais os fatores associados ao desempenho em cada nível de proficiência dos alunos. Pois, os gestores entendem que a qualidade de educação oferecida pela escola é mérito dos professores, pois todos possuem formação na área de sua atuação e são considerados muito comprometidos com o sucesso do aluno e da escola.

Enfatizamos que a mudança em uma escola não ocorre apenas pela melhoria do desempenho dos alunos e por metas políticas alcançadas, mas, sobretudo, pelo clima organizacional e habilidade política do gestor na organização administrativa e pedagógica de uma escola.

Nesse aspecto, destaca-se o desafio ainda por ser superado o desempenho dos alunos nas áreas avaliadas diante de uma quebra de desempenho entre os alunos do 5º e 9º anos do ensino Fundamental, tendo em vista que o 5º ano tem apresentado melhor desempenho do que o 9º ano. Por que essa quebra de desempenho?

Ainda que, recomendado pelo MEC para que a escola analise os resultados com os professores conferindo a descrição das habilidades referentes a cada nível de desempenho, até o momento, pouca atenção se deu aos resultados embora faça parte dos contextos da escola e da sala de aula. Pois, os resultados são apresentados à escola, e esta parece priorizar a quantidade e posição alcançada pela escola, sem discussão da qualidade ou do lado pedagógico do processo. Gatti (2013, p.64) alerta-nos quanto a essa situação de que na escola é preciso “nos debruçarmos sobre o modelo adotado, sobre as contribuições, problemas e limitações, com visão educacional, com visão metodológica, serena, em busca de aperfeiçoamentos”, dos resultados alcançados. Diante desses dados, muitas são as iniciativas a serem tomadas, que ainda carecem de interpretações e traduções na escola. Isso porque, a quebra de aprendizagem adequada, emerge a necessidade de um diálogo com gestores e professores da escola sobre processo ensino e aprendizagem, visto a permanência dos alunos que estudam no ensino fundamental.



Mas quais mudanças deveriam ocorrer na escola? É nesse espaço conflituoso, mas produtivo, que se criam momentos para a recontextualização do texto, identificando discursos e linguagens ali contidos para tomar decisões, que incluem reuniões, diálogos, planos, observações e comparações como evidências para a construção de uma política local.

Importa que se crie, na escola, tempo para a interpretação e tradução do texto da Prova Brasil para que se compreenda a finalidade dessa avaliação como processo e para que a escola se aproprie deles para criar, no coletivo, circunstâncias para decidir o que e como fazer. Assim se poderá romper com a linearidade de práticas desprovidas da realidade e das necessidades que a caracterizam.

Além disso, é necessário recuperar a imagem positiva de que avaliação de sistema não é uma atividade-fim, ou seja, que não se encerra com a divulgação dos resultados. São estes que motivam a escola a olhar para o espelho de dados e discutir o que fazer diante da imagem refletida, analisando seus efeitos na escola, nos professores e no seu ensino, nos alunos e nas suas aprendizagens. (FERNANDES, 2009).

Considerações finais

A pesquisa vem apontando as diversas limitações da gestão do resultado da Prova Brasil, especialmente por dois motivos: falta de conhecimento teórico da avaliação e da função dos gestores no desenvolvimento e de planejamento pedagógico junto aos professores. Mudanças de metodologias de ensino e maior aprofundamento no currículo podem ser uma das causas da não continuidade de uma aprendizagem satisfatória. Em face da problemática que circunda o processo ensino e aprendizagem no ensino fundamental da escola analisada parece relevante empreender esforços no sentido de aprofundar estudos metodológicos de análise crítica sobre recontextualização dos resultados das avaliações externas na escola.

Referências

ALVES, A. J. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de pesquisa*, n.77, p. 53-61, maio 1991. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1042/1050>. Acessado em: 29 jun. 2018.

AROUCA, L. S. *Depoimento pessoal concedido na FE/UNICAMP* em agosto de 1999.

BALL, S, J. Entrevista. In: AVELAR. M. Entrevista com Stephen J. Ball: Uma análise de sua contribuição para a Pesquisa em Política Educacional. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, vol. 24, n. 24, 2016a. Disponível em <<http://epaa.asu.edu/ojs/>> Acessado em: 29 jun. 2018.

BALL, S. J; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. (Orgs.). *Como as escolas fazem as políticas*. Ponta Grossa, Paraná: UEPG, 2016b.



- BALL, S.J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Portugal, Universidade do Minho, vol. 15, n. 02, p. 3-23, 2002. Disponível em: <www.redalyc.org>
- BALL, S.J. *La micropolítica de La escuela: Hacia una teoría de la organización escolar*. Temas de Educación. Paidós Ibérica. M.E.C., España, 1994.
- BALL, S.J.; MAINARDES, J. (Orgs.). *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BAUER, A. Avaliação Educacional no Brasil 25 Anos Depois: Onde Estamos? In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. (Orgs.). *Ciclo de Debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Origem e Pressupostos*. Florianópolis/SC: Insular, v. 2, 2013, p. 43-96.
- BONAMINO, A.C. *Tempos de avaliação educacional: o SAEB, seus agentes, referências e tendências*. Rio de Janeiro: Quarter, 2002.
- BOWE, R.; BALL, S. J.; GOLD, A. *Reforming education & changing schools: case studies in Policy Sociology*. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. *Portaria Ministerial nº69, de 4 de maio de 2005*. Inep institui a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar - ANRESCE como um dos processos de avaliação que passam a integrar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília, DF: MEC, 1989.
- DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educacional no Brasil: experiências, problemas, recomendações. *Estudos em Avaliação Educacional*, n.10, p.67-80, jul./dez. 1994.
- DIAS SOBRINHO, J. Campo e caminhos da avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. de (Org.). *Avaliação construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002, p. 13-61.
- FERNANDES, D. *Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- FREITAS, L. C; SORDI, M. R. L.;MALAVASI,M.M.S.; FREITAS,H.C.L. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2009.
- GATTI, B.A. Possibilidades e fundamentos de avaliações em larga escala: primórdios e perspectivas contemporâneas. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. (Orgs.). *Ciclo de debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos*. Florianópolis/SC: Insular, v. 1, 2013,p. 47-69.
- HORTA NETO, J. L. IDEB: Limitações e Usos do Indicador. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. (Orgs.). *Ciclo de debates: vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origem e pressupostos*. Florianópolis/SC: Insular, v. 1, 2013, p. 149-161.
- MAINARDES, J; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.



SOARES, J.F. Um olhar crítico sobre o campo da avaliação escolar. In: FREITAS, L. C. de (Org.). *Avaliação construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002, p. 111-112.

SORDI, M.R.L de. A Avaliação da Qualidade da Escola Pública: a titularidade dos atores no processo e as consequências do descarte de seus saberes. In: FREITAS, L. C. [et al]. *Avaliação e Políticas Públicas Educacionais: ensaios contrarregulatórios em debate*. Campinas/SP: Edições Leitura Crítica, p. 157-169, 2012.

VIANNA, H. M. Avaliação do rendimento escolar de alunos da 3ª série do 2º grau – subsídios para uma discussão. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n.3, p.71-102, 1991.

VIANNA, H. M. Programas de avaliação em larga escala: algumas observações. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 23, p. 93-104, jan./jun. 2001.

VIANNA, H. M. Questões de avaliação educacional. In: FREITAS, Luiz Carlos de (Org.). *Avaliação: construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Insular, 2002.

VIANNA, H. M. Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, n. 27, p. 41-76, jan./jun., 2003.



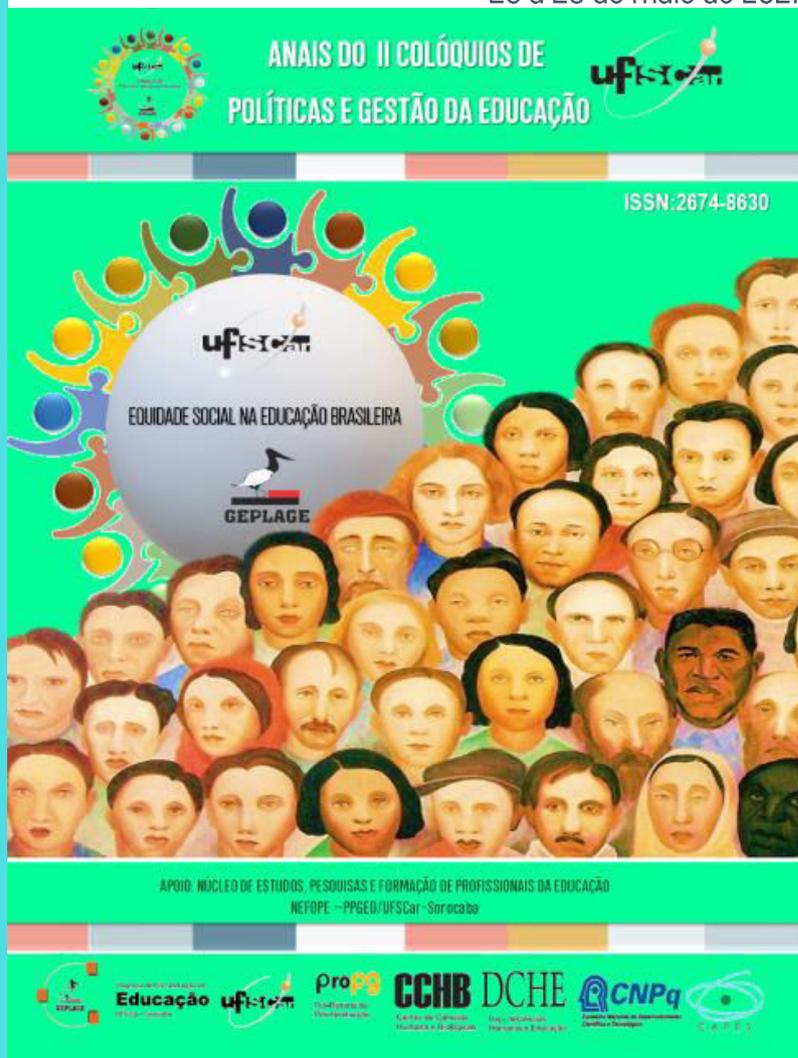
2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>

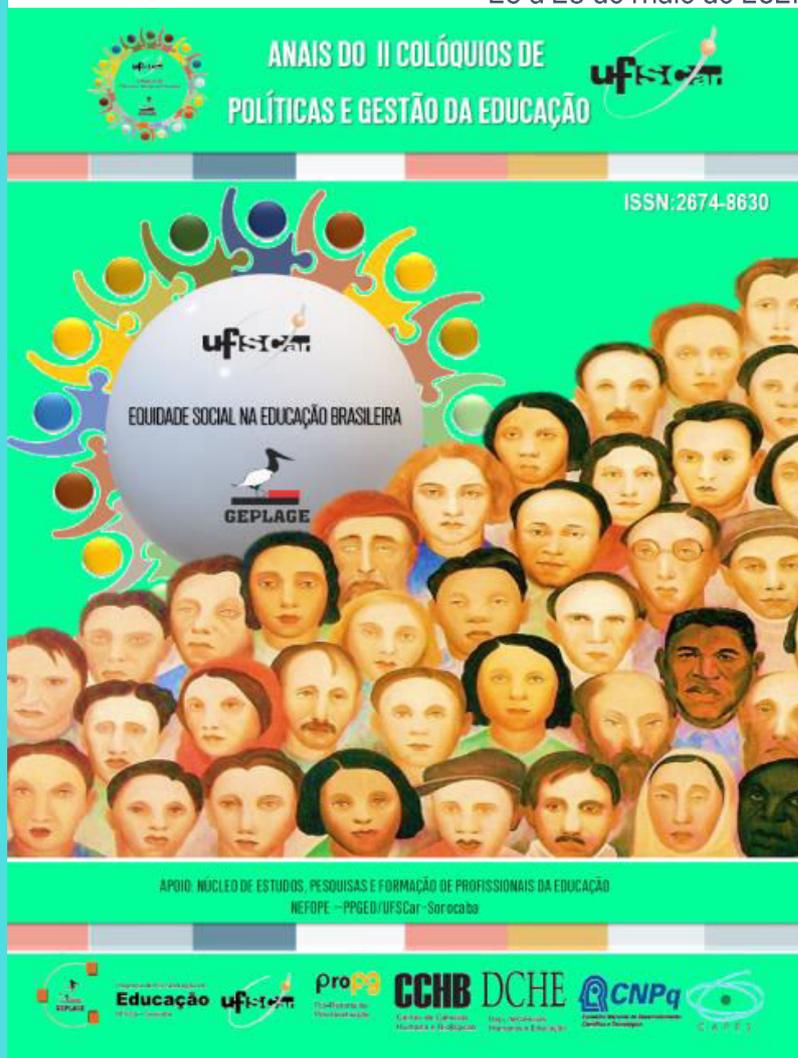
2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educao>